

OBSERVARE
Universidade Autónoma de Lisboa

e-ISSN: 1647-7251
Vol. 9 Nº.1 (Maio-Outubro 2018), pp. 183-198



Notas

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM CABO VERDE: DO CONDICIONALISMO COLONIAL PORTUGUÊS AO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

João Paulo Madeira

joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

Doutor em Ciências Sociais Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Professor auxiliar da Universidade de Cabo Verde (Cabo Verde). Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP-UL) e Centro de Investigação em Ciências Sociais e Políticas (CICSP-Uni-CV). Membro do Núcleo de Investigação de Práticas e Competências Mediáticas e Digitais da Universidade Autónoma de Lisboa (NIP@COM/UAL).

Bruno Carriço Reis

breis@autonoma.pt

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Pontifícia de São Paulo e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. É professor auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal) e professor convidado no mestrado de *Culturas Digitales* da Universidad Autónoma de Querétaro no México. Colabora com a Universidade de Cabo Verde, onde foi coordenador do curso de Ciências Sociais entre 2010 e 2012. É membro do Núcleo de Estudos em Arte, Media e Política (NEAMP/PUC-SP). Membro do Núcleo de Investigação de Práticas e Competências Mediáticas e Digitais da Universidade Autónoma de Lisboa (NIP@COM/UAL).

Introdução ao processo de consolidação democrática em Cabo Verde

Cabo Verde conquistou a sua independência de Portugal no dia 5 de julho de 1975. O presente artigo visa analisar as principais configurações institucionais desde o momento da independência até às eleições legislativas de 2016. Começa-se por debater a importância política dos movimentos anticolonialistas para a autodeterminação de Cabo Verde como Nação soberana.

No período pós-independência discutir-se-á o processo de instauração do “Estado Leviatã” (Correia e Silva, 2001), momento charneira da política cabo-verdiana onde o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) se constitui aparelho estatal.

De seguida, explicaremos a reforma política e modernização do Estado perante a mudança do regime, momento de transição de uma democracia revolucionária para uma democracia liberal (Koudawo, 2001; Silveira, 2005). Serão detalhados os passos da democratização do poder (Almada, 2011; Madeira, 2016a) que mais do que uma necessidade constituiu uma exigência das instituições internacionais (Évora, 2013a).

De forma complementar, o artigo revisita o profuso debate sobre a democracia em Cabo Verde, em particular a reformatação dos órgãos Estatais (Sanchez, 2011 e 2013). As mudanças significativas que foram operadas na Presidência da República (Lima, 2004), assim como no sistema eleitoral e partidário permitiram, por um lado, imprimir outras dinâmicas no que concerne à organização da sociedade civil, que vinha sendo alvo de açambarcamento dos partidos políticos (Costa, 2013) e, por outro, redefinir o debate sobre o género e representação política (Monteiro, 2015).



Descolonização e transição política em Cabo Verde: rumo à autodeterminação

É imprescindível compreender, analisar e explicar o período colonial como um condicionalismo político importante no processo da construção do Estado-Nação em Cabo Verde (Silveira 2005). À semelhança de alguns Estados africanos, Cabo Verde esteve quase cinco séculos (1460-1975) sob a administração do Estado português, herdando o modelo de administração portuguesa (Martins, 2010). O Império Português procurava, com a instalação de colónias no continente africano, criar entrepostos comerciais e ocupar zonas estratégicas através da celebração de acordos com dirigentes africanos, no sentido de ampliar a sua área de influência (Valles 1974). O Estado colonial criou estruturas de poder e de decisão, investindo nos quadros oriundos da metrópole com a intenção de expandir a sua esfera no domínio político-económico (Marques, 1999).

Em Cabo Verde, além de se ter investido em quadros da metrópole, o Estado apostou na "velha elite cabo-verdiana" para que fosse possível a efetivação do projeto de dominação colonial (Hofbauer, 2011). Anjos (2002) chegou a caracterizar esta elite como "mediadora", que em finais do século XIX procurou reivindicar "um estatuto especial no esquema colonial português" (Madeira, 2014: 9).

O advento do Estado Novo ou da segunda República (1926-1974) em Portugal marca um novo período na história das colónias portuguesas em África. O regime do Estado Novo (1933-1974) via-se confrontado nos anos cinquenta com problemas referentes às suas possessões em África, sobretudo pelo facto de Portugal pretender entrar em abril de 1949 na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e aderir à Organização das Nações Unidas (ONU), o que veio a acontecer em dezembro de 1955 com o forte apoio dos Estados Unidos da América, uma vez que este permanecia com as suas bases aéreas e navais no arquipélago dos Açores (Antunes, 2013). Como forma de contornar as exigências da ONU, Salazar considerava que Portugal era uma Nação multirracial, pluricontinental, una e indivisível, que se estendia de Minho a Timor, na perspetiva de que todas as Províncias Ultramarinas formavam um só corpo, unido e indissociável (Henriques 2004).

Apesar de o Estado Novo ter permanecido até 1961 sob este "disfarce", que foi apoiado pelos EUA ao se abster constantemente nas resoluções da ONU que condenava a política de Portugal em África (Antunes, 2013), a situação torna-se insustentável, na medida em que avançavam os movimentos de libertação em África e eclodem as guerras coloniais, de fevereiro de 1961 até à queda do regime em 1974 (Almada, 2011; Graça, 2004; Pereira, 2003).

No que concerne a Cabo Verde, em meados da década de cinquenta Amílcar Cabral viajou para Bissau e no ano de 1956 funda, em colaboração com Aristides Pereira, Elisée Turpin, Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Luís Cabral, as primeiras células clandestinas do PAIGC (Cabral, 1974a: 91). No partido "cada militante tomaria, pois, o compromisso solene de dar tudo, incluindo a própria vida, para a realização integral do programa" (Pereira, 2003: 87) de "unidade nacional na Guiné, unidade nacional em Cabo Verde" (Cabral, 1979: 4). Para atingir este objetivo foi preciso, além de reforçar o espírito socialista, trabalhar com afinco para que estes dois povos pudessem despertar para a luta de libertação e, assim se inicia "a fase final de liquidação do imperialismo" (Cabral, 1974b: 12).



Em Cabo Verde, as atividades clandestinas do PAIGC começaram a surgir na década de 1960. Criadas as condições, a 23 de janeiro 1963 inicia-se a ação armada no território da Guiné-Bissau, tendo o PAIGC declarado guerra a Portugal (Coutinho, 2015). Tal só aconteceu porque para Cabral, as propostas do partido não tiveram aceitação favorável, nem da parte do Governo português, nem da parte da ONU e, por esse motivo as forças patrióticas “passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas em janeiro de 1963” (Cabral, 1974c: 15).

Passados dez anos, mais concretamente a 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado em Conacri, vítima de uma conspiração no seio do PAIGC, com o apoio da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que pretendia fomentar a divisão do partido (Pereira 2003). A luta pela autodeterminação continuou e, no mesmo ano, elegeu-se a primeira Assembleia Nacional Popular (ANP) nas regiões libertadas da Guiné, que, a 20 de setembro, declarou a independência da nova República da Guiné-Bissau, reconhecida pela ONU e por mais de setenta Estados soberanos, que legitimaram o PAIGC como único e autêntico representante do povo e, que de imediato propôs a Portugal a retirada das suas forças militares do território da Guiné (Almada, 2011).

Contudo, a independência de Cabo Verde não foi oficializada no mesmo ano, isto porque segundo o relatório do PAIGC acerca da situação do país, a luta encontrava-se ainda no plano de ação política clandestina e os dois países encontravam-se submetidos a um estatuto distinto, resultado de uma dinâmica diferente da ação perpetrada pelo partido em cada um dos dois territórios, pois na Guiné-Bissau já havia sido instituída livremente uma Assembleia que teria proclamado um Estado soberano (PAIGC 1974). A revolução de 25 de abril acelerou o processo da independência de Cabo Verde, pois a 17 de outubro de 1974 o general Francisco Costa Gomes que substituiu na presidência da República portuguesa o general António de Spínola, discursou na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, assegurando que a descolonização portuguesa era uma necessidade e que, de facto, decorreria para que a autodeterminação e a independência¹ se adequassem como soluções às necessidades dos novos Estados (Lopes, 2002).

Face a estes acontecimentos, o PAIGC procurou negociar com Portugal a independência de Cabo Verde. Após várias tentativas fracassadas, o governo português comprometeu-se em dezembro de 1974 a que, no prazo de seis meses, outorgaria a independência de Cabo Verde, ficando ainda acordado que, neste mesmo período, nomear-se-ia um Governo de Transição, constituído por um Alto-Comissário e cinco ministros

¹ Ver a este respeito a Lei nº 7/74, de 27 de julho - Direito das Colónias à Independência, Diário do Governo nº 174/1974, 1º Suplemento, Série I. - que consagra a aquisição do princípio do reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação, nomeadamente o art.º 6 “O Governo Português reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana” e o art.º 7 “O Governo Português e o PAIGC consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui factor necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau”. O acordo assinado em Argel teve a participação de duas delegações: a do Comité Executivo da Luta (CEL) do PAIGC composta por Pedro Pires, membro do CEL, comandante, Umarú Djalo membro do CEL, comandante, José Araújo, membro do CEL, Otto Schacht, membro do CEL, Lúcio Soares, membro do CEL, comandante, Luís Oliveira Sanca, embaixador e a Delegação do Governo Português por Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, Vicente Almeida d'Eça, capitão-de-mar-e-guerra e Hugo Manuel Rodrigues Santos, major de infantaria.



encarregados de um ou mais departamentos, no qual o Alto-Comissário e mais dois ministros seriam nomeados pelo Governo português, e os restantes pelo PAIGC (Lopes, 2002; Silva, 2015). Este Governo tinha por missão criar as condições institucionais e legislativas para o recenseamento eleitoral e, por conseguinte, permitir a eleição por sufrágio direto e universal da primeira Assembleia Constituinte que teve lugar a 30 de junho de 1975, na qual Abílio Duarte foi indigitado como Presidente.

A rutura de Cabo Verde com a Guiné-Bissau e a solução política do Partido Único

A Assembleia Constituinte tinha a incumbência de declarar a independência de Cabo Verde, como veio a acontecer a 5 de julho de 1975 e de, no prazo de noventa dias, aprovar a primeira Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) (Silva, 2015). Entretanto, a primeira Constituição só foi aprovada em setembro de 1980, notando o incumprimento do acordo, em virtude de que foi a Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE), considerada como uma pré-constituição que viria a preencher o vazio constitucional no período de cinco anos (Silva, 2015).

Para a Constituição da Assembleia Nacional Popular (ANP) foram eleitos cinquenta e seis deputados, tendo o PAIGC, através de uma lista apresentada por um grupo de cidadãos, sido o único partido a participar nestas eleições, visto este ser considerado como a única força partidária capaz de representar a vontade popular, e também porque os outros partidos políticos como a União Democrática de Cabo Verde (UDC) e a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) e os grupos de cidadãos não dispunham de forças e estruturas suficientes para enfrentar o PAIGC nas referidas eleições. A ANP eleita tinha o poder de eleger o Presidente da República que, na altura, foi Aristides Pereira enquanto Secretário-geral do PAIGC, e Pedro Pires como Primeiro-Ministro (Cardoso, 2015; Coutinho, 2015; Lopes, 2002).

Ante este cenário, o PAIGC dispunha de todas as condições para iniciar a sua liderança binacional. Independentemente de se verificar que os dois países, ou seja, Cabo Verde e Guiné-Bissau, tinham Chefes de Estado distintos, eles mantinham, no entanto, a mesma ideologia e um sistema político idêntico. Embora, constitucionalmente o regime político adotado pelo PAIGC em Cabo Verde se caracterizasse por uma Democracia Nacional Revolucionária, não obstante, diferenciava-se das democracias liberais e dos antigos países socialistas, cujos órgãos representativos eram eleitos ou constituídos com a participação da sociedade através do mecanismo de sufrágio direto (Lima, 1992). Na prática, configurava-se como um regime de partido único, monopartidário, cuja característica central se encontrava no facto de não consentir “a circulação da sede do Poder nem a alternância ideológica” (Fernandes, 2010: 149).

O Estado de Cabo Verde revelava-se como um instrumento ao serviço do PAIGC, contando que o poder do partido modelava todo o aparelho estatal, materializando a ideia de que este decide, “o parlamento ratifica, e dá força legal às decisões, o governo executa sob o controlo do partido” (Lopes, 2002: 652). Assim sendo, faria sentido o facto de que estabelecida a configuração do exercício do poder, o PAIGC acabaria por ser confundido com o próprio Estado, caracterizando a ideia de um Partido-Estado (Silveira, 1998). Ademais, o partido foi consagrado pela CRCV de 1980, no seu art.º 4, como a única força política dirigente da sociedade civil e do Estado (Koudawo, 2001).



Perante os momentos conturbados que assolavam a Guiné-Bissau, nomeadamente o golpe de Estado ocorrido a 14 de novembro de 1980, que levou à destituição do presidente Luís Cabral, o governo cabo-verdiano para salvaguardar a sua integridade, acabou por romper com o projeto de unidade, procedendo com a mudança no *status quo* do Estado cabo-verdiano (Lopes 2002). A rutura “consubstanciou-se quando os políticos da Praia, numa atitude qualificada de ‘traição’ pela Guiné, procederam à desvinculação binacional do Partido, criando o PAICV e pondo cobro à união utópica de um mesmo povo, em dois territórios separados” (Nóbrega, 2003: 229).

É de ressaltar que este acontecimento foi o corolário de um processo que se arrastava desde a época colonial, num agudizar de desconfiança e de competitividade entre ambos países. Para tal situação terá contribuído uma assimétrica distribuição de lugares de poder. Os postos administrativos eram geralmente ocupados por cabo-verdianos, visto possuírem maiores níveis de instrução, de participação e de acesso ao mercado de trabalho e pelo facto de falarem corretamente o português (Mateus, 1999). Mesmo no interior do PAIGC, cedo se notaram incompatibilidades entre a ala guineense e a ala cabo-verdiana; a primeira formada por membros da classe popular que obedecia à hierarquia partidária militar. A segunda composta por uma elite burguesa, mais instruída e informada, com uma liderança mais coesa (Coutinho, 2015; Lopes, 2002).

Contudo, o “sentimento anti-caboverdiano ultrapassou rapidamente o âmbito restrito da luta pelo poder no PAIGC, transformando-se numa atitude de repúdio mais ou generalizado na sociedade guineense” (Nóbrega, 2003: 126-127). Todo este processo desencadeou uma onda generalizada de descontentamento, dado que se considera que os dois países, pouco ou nada teriam feito para colocar em prática esta unidade, que realmente não passava de meras declarações de intenção, apesar de ter decorrido de diversas assinaturas de protocolo de cooperação na tentativa unir institucionalmente ambos os países (Medeiros, 2012).

Cabo Verde procurou, a partir deste momento, caminhar por uma nova etapa que foi sobretudo marcada por uma política de paz e de diálogo, apesar de se verificarem divergências ideológicas no seio do PAIGC/CV e de se estar num contexto internacional conturbado, sobretudo pelo fenómeno da Guerra Fria (Madeira, 2016b). No que respeita às divergências político-ideológicas, constatava-se que, no seio do partido, surgia uma nova ala denominada “trotskistas” que defendia um regime mais aberto e pluralista (Évora, 2004).

Esta nova ala, composta, na sua maioria, por antigos estudantes que tinham atuado de forma clandestina em Portugal e que, após o 25 de abril, regressaram a Cabo Verde, só poderiam fazer a oposição no seio do partido de forma discreta².

² Segundo Cardoso (2015: 84), aquela data destacaram-se os seguintes membros: Manuel Faustino com 27 anos de idade; Ministro do Governo de Transição, Ministro da Educação (1974-1975). José Luís Fernandes com 27 anos de idade, membro do CNCV e da delegação do PAIGC às negociações em Lisboa e Ministro das Finanças (1975-76). Amaro da Luz com 41 anos de idade, membro do CNCV, Ministro da Coordenação Económica do Governo de Transição (1975). António Gualberto do Rosário com 27 anos de idade, membro da Direção Regional do PAIGC por São Nicolau e Sal. Cândido Santana com 24 anos de idade, membro do CNCV e responsável político de Santiago. Euclides Fontes (24 anos de idade). Eugénio Inocêncio com 25 anos de idade, membro do CNCV e responsável político de Santo Antão, São Vicente e Sal. Carlos Lima (Calú), 22 anos de idade, responsável político da Brava. Carlos Moniz (Polampa, 27 anos de idade). Emídio Lima com 22 anos de idade, membro da Direção Regional do PAIGC em São Vicente. Eurico Monteiro (21 anos de idade). Érico Veríssimo com 27 anos de idade, Diretor-Nacional de



Vários investigadores têm-se debruçado acerca desta temática, recolhendo informações sobre este grupo. Os depoimentos de Pedro Martins em *Testemunho de um combatente* (1995) e as narrativas a respeito do processo da independência e construção do Estado cabo-verdiano em *Os bastidores da Independência* (2002) e *Cabo Verde. As causas da independência* (2003) de José Vicente Lopes ajudam na compreensão deste fenómeno que foi, particularmente destacado em Jorge Querido no livro publicado em 1989, *Cabo Verde: subsídios para a história da nossa luta de libertação* e a contra-argumentação apresentada no ano seguinte por Manuel Faustino em *Jorge Querido: Subsídios sob suspeita*. O autor procura desmontar o discurso apresentado por Querido, considerando que “nessa epopeia existem episódios muito mal contados” (1990: 23), em especial as responsabilidades que atribuem ao próprio, particularmente no que concerne à “liderança do grupo trotskista” (Furtado, 2016: 880). Manuel Faustino considera que existiam modos diferentes de estar na política, entre eles e a ala mais conservadora do partido (Lopes, 2002).

Em 1979, com a exclusão ou desvinculação desta ala no seio do PAIGC, em especial, Manuel Faustino, Eugénio Inocêncio, José Tomás Veiga e Jorge Carlos Fonseca, o grupo funda em 1980, sob a liderança deste último, os Círculos Cabo-Verdianos para a Democracia (CCPD) e outras associações como a Liga Cabo-Verdiana dos Direitos Humanos, cujas pretensões consistiam, essencialmente, na defesa contra a repressão política. Ambas as instituições foram essenciais na criação do Movimento para a Democracia (MpD) em março de 1990, que pretendia fazer oposição ao regime de PAICV e corporizar “a vontade da sociedade cabo-verdiana em se libertar dos sistemas não democráticos e suas sequelas, nomeadamente da onnipotência e onnipresença do Estado providência e do subdesenvolvimento” (MpD, 1993: 3). A transição política foi desencadeada pela conjugação de um conjunto de fatores internos e externos que permitiram a adoção em Cabo Verde de um regime democrático, pondo fim ao regime monopartidário.

Abertura Política e configuração do Regime Democrático Multipartidário

A queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 desencadeou a “terceira onda de democratização” (Huntington, 2012). Em Cabo Verde este acontecimento ditou uma forte contestação ao regime do PAICV, clima que ajudou a proporcionar as condições necessárias para a abertura política. Com o colapso do socialismo, os regimes africanos “perderam a capacidade de usar a rivalidade Este-Oeste que, até então, mantivera ininterrupto o fluxo de fundos internacionais ao dispor das suas elites” (Nóbrega, 2010: 130). A nível institucional o primeiro passo foi a queda do art.º 4 que, por conseguinte,

Informação (1975-1976). Jacinto Santos com 21 anos, responsável nas Cooperativas de Cabo Verde. José Tomás da Veiga com 24 anos de idade, membro do CNCV, Secretário de Estado das Finanças (1977-1979). Jorge Carlos Fonseca com 23 anos de idade, Diretor-Geral da Emigração e Serviços Consulares e Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1975-1979). José Eduardo Barbosa com 23 anos de idade, responsável político de São Nicolau e Fogo. Luís Leite (27 anos). Manuel Tolentino com 25 anos de idade, responsável de informação. Renato Cardoso com 24 anos de idade, Conselheiro do Primeiro-Ministro e Secretário da Administração Pública. Foi músico e compositor de mornas e baladas como *Porton d'Nos Ilha, Tanha e Tera bo Sabe*. É o autor do livro *Cabo Verde - Opção por uma política de paz* (1986). Sérgio Augusto Cardoso Centeio com 26 anos de idade, membro do CNCV e Ministro da Agricultura e Águas (1975-1976). Terêncio Alves (membro do CNCV) e Victor Fidalgo (membro da Direção Regional do PAIGC em São Vicente).



originou a abertura para que outras forças partidárias pudessem disputar as eleições em Cabo Verde (Évora 2013a).

Além do MpD, ressurgiram outros partidos como a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) que, por estarem sediados fora de Cabo Verde e não cumprirem as mínimas exigências para a legalização, não puderam disputar as eleições legislativas (Sanches, 2011). As primeiras eleições multipartidárias, livres e pluralistas ocorreram a 13 de janeiro de 1991, após a abertura política em 1990. O PAICV e o MpD foram os únicos partidos a disputá-las, com o território nacional dividido em vinte e dois círculos eleitorais e mais três no estrangeiro (África, América, Europa e Resto do Mundo), que procuram eleger setenta e nove deputados, setenta e seis a nível nacional e três no estrangeiro, um em cada círculo eleitoral (Évora, 2013b). A participação dos eleitores rondava os 76%, o que foi bastante expressivo e que demonstrou a vontade do povo caboverdiano na mudança do regime, uma vez que o MpD conseguiu eleger cinquenta e seis deputados, e o PAICV vinte e três deputados (Évora, 2013b). O líder do MpD na altura, Carlos Veiga, substituiu como Primeiro-Ministro Pedro Pires e, nas eleições presidenciais de 17 de fevereiro de 1991, António Mascarenhas, que avançou com uma candidatura independente e apoiada pelo MpD, substituiu Aristides Pereira. Nas eleições autárquicas realizadas no dia 15 de dezembro do mesmo ano, os candidatos do MpD venceram oito das catorze Câmaras Municipais (Sanches, 2013).

Cabo Verde passou a apresentar características de um Estado de Direito Democrático, onde vigora a interdependência e o respeito pela separação de poderes. Esta configuração ocorre com a promulgação em 1992 da nova CRCV e de um conjunto volumoso de leis abrangendo a área social e económica, que passaram a garantir no plano jurídico “a transição do sistema de Partido Único para o sistema pluripartidário” (Silveira, 1998: 156). A par de um Estado de Direito Democrático instituiu-se em Cabo Verde um sistema de Governo Semipresidencial que é, ainda hoje, objeto de discussão entre investigadores. Assiste-se de igual modo à implementação de um sistema eleitoral de representação proporcional de Hondt nas eleições legislativas e autárquicas e um sistema eleitoral maioritário de dois turnos para as eleições presidenciais (Costa, 2009). O sistema político é segundo a CRCV multipartidário, mas face ao surgimento de vários partidos políticos (Partido de Convergência Democrática (PCD); Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS); Partido da Renovação Democrática (PRD); UCID), os atos eleitorais realizados até ao momento (1991-2016) acabaram por cristalizar um sistema de bipartidarismo, com o domínio do MpD e o PAICV.

Desafios Atuais à Consolidação da Democracia em Cabo Verde

A democracia cabo-verdiana é uma das mais jovens do continente africano (Évora, 2013a) e a sua consolidação depende da eficiência das instituições, que se devem reger pelo cumprimento das regras democráticas, criando todos os requisitos que tornem a democracia possível e que a fazem efetivamente funcionar (Rustow, 1970). É possível constatar, partindo de uma breve análise etno-sociológica, que o carácter atípico da democracia cabo-verdiana se deve a diversos fatores entre os quais se evidenciam: A construção da Nação decorreu de processos históricos, de movimentos culturais e da formação de uma consciência nacional (Baleno 2001; Fonseca, 2012; Góis, 2006; Lopes, 2001; Madeira, 2016d; Pereira, 2011; Silveira, 2005), num movimento de longa



duração que teve início com o povoamento no século XV. A génese da elite moderna cabo-verdiana desponta a partir da segunda metade do século XIX em que os naturais das ilhas passaram a ocupar cargos na administração, uma vez que possuíam maiores níveis de instrução em relação a outros países africanos de expressão portuguesa. Este fenómeno ocorreu graças ao contributo da igreja católica e da presença do Estado colonial com a institucionalização do ensino primário em 1817, nomeadamente com a criação da primeira Escola Primária na Vila da Praia e pelo surgimento das primeiras aulas na Escola Principal de Instrução Primária em 1848 na ilha da Brava, assim como, com a criação do primeiro Liceu Nacional em 1861 na cidade da Praia. Este aspeto trouxe uma importância significativa na escolarização elite que foi, entretanto, utilizada como mediadora na gestão da administração colonial (Barros, 2013; Fernandes, 2006).

Cabo Verde nunca esteve sujeito ao *estatuto de indigenato*, o que aconteceu em outros países africanos de expressão portuguesa. O diploma legislativo n.º 956, de 4 de novembro de 1947, declara, no seu preâmbulo, a não aplicabilidade do Estatuto do Indigenato aos naturais de Cabo Verde, considerando que as populações do arquipélago, não estão sujeitas nem à classificação de indígena.

Um outro aspeto relaciona-se com o modo como Cabo Verde chegou à independência, pois conseguiu, sob a égide de um projeto de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, lutar pela libertação contra a opressão colonial e a injustiça social. Apesar da base da formação da identidade cabo-verdiana estar intrinsecamente ligada ao passado da formação social engendrada nas ilhas, esta tem vindo a afirmar-se com a sua singularidade e correlativos padrões socioculturais³.

Perante a insularidade e as condições climáticas, o cabo-verdiano procurou sobreviver e um dos procedimentos utilizados foi o da hospitalidade e boa convivência dos seus habitantes, o que tem contribuído para a estabilidade política. Esta pré-disposição reflete-se no modo como os cabo-verdianos interiorizam as regras democráticas, o que se traduz na consolidação democrática, uma vez que esta constitui efetivamente uma realidade, sobretudo na fase de pós-conflito, cujo comportamento dos seus habitantes constitui uma referência na região africana (Madeira, 2016d: 55).

A consolidação democrática pressupõe um processo de conversão dos regimes frágeis e debilitados, aparentemente incompletos e instáveis num regime mais forte, coeso e sólido, no qual as regras democráticas se tornam referências dos comportamentos políticos (Schmitter, 1995). Para os teóricos das transições políticas (Collier e Levitsky, 1997; Linz, 1990a, 1990b, 1994; Przeworski, Alvarez e Limongi, 1996; Schmitter, 1995), a mudança de regime político, com conseqüente estabilização institucional, acaba por paulatinamente sedimentar regras democráticas. As novas configurações políticas decorrentes da mudança de regime vão estabelecendo rotinas, na medida em que a democracia se vai impondo como o único jogo possível para essa sociedade (Linz, 1990b).

³ Ver a este respeito; Madeira, João Paulo (2015a). Nação e Identidade a Singularidade de Cabo Verde. Tese de doutoramento não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. A formação da identidade sucedeu de uma forma especificamente cabo-verdiana, a qual tem sido alvo de um recorrente debate, nomeadamente pelas elites culturais, tendencialmente agregadas em africanistas, europeístas e singularistas. Se por um lado, após o povoamento das ilhas do arquipélago, se começou a arquitetar uma identidade ainda que de forma incipiente, por outro, esta mesma identidade permitiu, ao longo do tempo, a construção de um Estado-Nação efetivamente singular no conjunto dos restantes Estados africanos pós-coloniais.



No caso de Cabo Verde, a consolidação democrática foi alicerçada num sistema institucional (Przeworski, Alvarez e Limongi, 1996) em que os atores políticos puseram em prática os requisitos normativos necessários para o funcionamento de uma democracia, entre os quais os elementos institucionais que permitem compreender o processo de consolidação democrática em Cabo Verde, que muito contribuíram para a credibilidade do país internacionalmente⁴:

- [i] Transição política: em comparação com alguns países africanos, sobretudo os da língua oficial portuguesa, Cabo Verde apresenta um modelo de transição política consolidada. Primeiro, o MpD venceu as primeiras eleições legislativas livres e multipartidárias, derrotando o PAICV e, segundo, o novo regime multipartidário não apresentou quaisquer sinais de retrocesso político, como aconteceu por exemplo em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, onde se registaram um clima de pessimismo e incerteza com relação ao futuro da democracia (Évora, 2013a);
- [ii] Sistema de Governo e separação de poderes: a institucionalização do sistema de governo pós-transição, que se caracteriza a nível teórico, político e constitucional como semipresidencialismo (Canas e Fonseca, 2007; Lima, 2004), permitiu que os diferentes órgãos do poder do Estado passassem a usufruir de um novo estatuto, na perspectiva de que os poderes devem ser atribuídos de forma a prevenir a sua concentração, não prejudicando os seus funcionamentos⁵. Contudo, tendo em conta a maioria parlamentar, a disciplina partidária e a competência legislativa do Governo relativamente às matérias não reservadas ao parlamento, tem-se verificado na prática uma supremacia do poder executivo sobre o legislativo (Madeira, 2015b). Contudo, o atual sistema semipresidencial cabo-verdiano, por reunir as virtudes dos sistemas puros (parlamentarismo e presidencialismo), tem apresentado resultados positivos quanto à governabilidade, eficiência e capacidade de superar as crises políticas⁶ (Elgie, 2011).
- [iii] Sociedade civil e cultura política: a ausência de uma sociedade civil ativa e participativa têm sido, na óptica de Bratton, (1998) um dos entraves à consolidação da democracia no continente africano. Ao estabelecer a interligação entre os fatores que devem promover a consolidação deste regime, Linz e Stepan (1998) consideram que, em primeiro lugar, é preciso ter uma sociedade civil livre, ativa, com a existência de grupos auto-organizados como sejam as associações civis, os sindicatos e os movimentos sociais que defendem os seus interesses e opiniões. A consolidação requer, de facto, que a população deposite a sua

⁴ Ver para o efeito a Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, que data do ano de 2007.

⁵ Os politólogos mencionados defendem que o sistema parlamentar é o mais adequado à estabilidade democrática e, por conseguinte, à sua consolidação. Para Linz (1990a), com o sistema parlamentar, os países vivem mais tempo na democracia, porque o governo é responsável perante o parlamento, pelo facto de se encontrar sob ameaça de uma eventual moção de censura. Em Cabo Verde, este modelo teórico não se adequa, uma vez que o sistema parlamentar no regime de partido único provou ter fracassado, na medida em que houve uma sobreposição do Parlamento, no qual os interesses do partido hiper-representado ultrapassaram o dos deputados e, as regras democráticas em quase nada se aplicavam.

⁶ Verifica-se que no modelo de análise proposto pelos teóricos das transições políticas por nós mencionados, que o sistema partidário, a configuração dos círculos eleitorais, as relações inter e intrapartidárias, a divisão dos poderes e as formas jurídicas do Estado (Monclaire, 2001) são questões relegadas para segundo plano. No nosso entender, e olhando especificamente para o processo de consolidação democrático de Cabo Verde, fica evidente que a eficiência da democracia depende das relações inter e intrainstituições.



confiança nas instituições e nas relações inter e intrainstitucionais com base “nos ‘valores de ordem’ que nelas reconhecem” (Monclair, 2001: 69). Um bom governo é aquele capaz de garantir as ações dos atores privados e os cidadãos devem ser capazes de controlar o governo, através de vários instrumentos como seja, por exemplo, a *accountability* (Przeworski, Alvarez e Limongi, 1996).

No caso de Cabo Verde, embora o ideário da boa governação primasse pelo reforço do diálogo e da participação da sociedade civil na vida política do país, Costa (2013) é da opinião que face a “omnipresença” do Estado e das agendas eleitorais, a sociedade civil tem sido atrofiada, enfrentando um cenário de “letargia cívica dominante” e as elites culturais e intelectuais não têm tido espaços para uma ação autónoma. O regime de partido único impedia que a sociedade civil cabo-verdiana tivesse acesso a um vasto conjunto de direitos essenciais, em particular o de participação política.

O silêncio da sociedade civil, como aconteceu nos regimes autoritários, segundo Mainwaring e Share (1989), relaciona-se com o facto de não existirem canais legais e institucionais para a sua expressão e contestação; com isso os líderes políticos interpretaram-no como um sinal de aprovação do regime tendo, muitos deles, optado pela abertura política, acreditando que assim permaneceriam no poder. Ademais, o desinteresse da sociedade civil cabo-verdiana tem os seus reflexos no atual sistema político, cuja cultura política corporiza ainda um *habitus* político autoritário (Costa, 2013).

Com o surgimento nos últimos três anos (2012 a 2015) de alguns movimentos cívicos em Cabo Verde, em particular o Movimento de Ação Cívica (MAC#114) em abril de 2015, reabriu-se o debate sobre a cultura política e a esfera pública, considerando que a sociedade civil despertou, ainda que de forma tímida e, com os recursos à sua disposição como sejam o acesso às novas tecnologias, para uma participação mais ativa na vida política.

- [iv] Género e representação política: não obstante ter-se verificado que, nas últimas décadas, as organizações internacionais têm vindo a insistir na promoção da paridade de género na organização política, contribuindo assim para legitimar as lutas feministas que têm sido empreendidas constata-se que a participação das mulheres na tomada das decisões políticas é relativamente baixa. Um dos indicadores para medir e analisar a qualidade das democracias é a taxa de participação das mulheres na política, sobretudo nos órgãos dos poderes do Estado, destacando-se o Parlamento (Lijphart, 1999). Para se avaliar as vantagens comparativas do regime democrático, como a relação a outros, deve-se insistir na centralidade fundamental do princípio de igualdade política (Diamond e Morlino, 2005; O'Donnell, Culler e Iazzetta 2004).

Em Cabo Verde, verifica-se que, particularmente após a independência e a abertura política, as mulheres têm vindo a conquistar, de forma progressiva, posições importantes em termos legais e profissionais tendo, pela primeira vez, alcançado a paridade de género no executivo, fazendo do país o primeiro e único no continente africano a partilhar igualitariamente os cargos ministeriais entre homens e mulheres (Monteiro, 2013). Embora se tenham registado melhorias pontuais relativamente à promoção da igualdade e equidade de género em Cabo Verde, verifica-se que ainda falta muito por fazer no que se refere ao poder legislativo e órgãos eletivos, neste caso



os partidos políticos (Monteiro, 2013). Para promover a igualdade de género, aprofundar a democracia e melhorar as formas de responsabilização/*accountability* dos agentes políticos é preciso aumentar a presença das mulheres nos órgãos de decisão política, e alguns países têm vindo a apostar na política de quotas. *Accountability* é a designação que traduz a responsabilidade objetiva de uma pessoa ou organização no sentido de responder perante outras pessoas ou organizações, envolvendo dois elementos: o primeiro delega responsabilidade para que o segundo “proceda à gestão dos recursos, gerando a obrigação para o gestor de prestar contas da sua gestão, de maneira que demonstre o bom uso desses recursos” (Campos, 1990:33).

Pedro Borges Graça (2008: 418), partindo de uma perspetiva afro-realista, própria do ambiente académico e cientificamente objetivo, sem preocupações de carácter político, alerta para o facto da questão da transparência e responsabilização de pessoas e instituições em África ser complexa, uma vez que geralmente o que se verifica é um enquadramento pessoal das instituições, ao invés de um enquadramento institucional das pessoas. Graça alerta para o facto de não existir “atalhos para a transparência e responsabilização de pessoas e instituições em África. O caminho é longo e geracional. Mas o caminho começa com passos, e faz-se caminhando” (2008: 420).

Sabendo que a vida política das sociedades se encontra dominada pelas máquinas partidárias (Bessa, 2002), estas constituem peças fundamentais para a articulação dos interesses políticos das mulheres, devido aos seus poderes de recrutar pessoas para a vida política e legitimar os seus líderes (Goetz e Sacchet 2008). Em Cabo Verde, “as mulheres são discriminadas de forma direta ou imputado nos processos de recrutamento político sendo preteridas em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela seleção dos candidatos e pela ordenação das listas” (Monteiro 2008: 116).

Apesar de se verificar que se deve direccionar uma atenção especial a uns e outros elementos institucionais, confirma-se que Cabo Verde é um caso de referência no continente africano, sobretudo porque as regras do jogo democrático têm sido respeitadas e o Estado de Direito tem funcionado de forma normal e sem sobressaltos de maiores preocupações (Évora, 2013b).

Considerações finais: desafios para a democracia cabo-verdiana

O percurso democrático de Cabo Verde mostra alguma atipicidade se comparado ao contexto africano, sobretudo quando se procura analisar e compreender o processo de independência e de institucionalização democrática (Carriço Reis, 2016).

Este artigo arranca historicamente no período da luta colonial, sem o qual, acredita-se, não ser possível compreender o processo da abertura política e as configurações institucionais registadas a partir da década de noventa. O amplo debate em torno desta problemática, debruça-se em particular nos fatores institucionais e constitucionais para se poder compreender a importância dos atores políticos, sociais e culturais na construção do Estado e na consolidação da democracia em Cabo Verde.

Os aspetos acima aduzidos reforçam a ideia de uma consolidação política realizada numa lógica inscrita a uma prática assente numa intensificada tónica de elitismo institucional, aspeto que acentua a falta de confiança da sociedade civil cabo-verdiana relativamente às instituições políticas (Afrosondagem, 2015). Numa sociedade em



crescente processo de capacitação intelectual⁷ e de modernização tecnológica⁸, a cidadania parece demandar as instituições democráticas mecanismos que permitam uma maior proximidade/interação entre representantes e representados.

Referências bibliográficas

Afrosondagem (2015). *Perda generalizada de confiança nas instituições em Cabo Verde*. Praia: Afrosondagem.

Almada, David H. (2011). *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*. Praia: Artemedia.

Anjos, José (2002). *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre/Praia: UFRGS/IFCH e INIPC.

Antunes, José (2013). *Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa*. Lisboa: Dom Quixote.

Baleno, Ilídio Cabral (2001). «Povoamento e formação da sociedade». In Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 125-177.

Bessa, António (2002). *Elites e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bratton, Michael (1998). «Second election in Africa». *Journal of Democracy*. 3: 51-66.

Cabral, Amílcar (1974a). *PAIGC: Unidade e Luta*. Lisboa: Nova Aurora.

Cabral, Amílcar (1974b). *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Nova Aurora.

Cabral, Amílcar (1974c). *Textos políticos*. Porto: Edições Afrontamento.

Cabral, Amílcar (1979). *Análise de Alguns Tipos de Resistência*. Bolama: Imprensa Nacional.

Cabral, Luís (1984). *Crónica da Libertação*. Lisboa: O Jornal.

Campos, Anna Maria (1990) «Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?». *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 24, 2: 30-50.

Canas, Vitalino e Fonseca, Jorge (2007). «Cabo Verde: Um Sistema Semi-Presidencial de Sucesso?». *Revista de Negócios Estrangeiros*. Número Especial: 123-133.

Cardoso, Humberto (2015). *O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança*. Praia: Livraria Pedro Cardoso.

Cardoso, Renato (1986). *Cabo Verde: opção por uma política de paz*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

Carriço Reis, Bruno (2016). *Radiografia Crioula. Um diagnóstico político e social de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa / Sílabas & Desafios.

⁷ Ver para o efeito os dados correspondentes a taxa de alfabetização em Cabo Verde: <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=cv&v=39&l=pt> [consultado a 1 de Agosto de 2017].

⁸ <https://observinguaportuguesa.org/cabo-verde-lidera-acesso-a-internet-na-africa-lusofona/> [consultado a 1 de Agosto de 2017].



Collier, David e Levitsky, Steven. (1997). «Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research». *World Politics*. 3: 430-451.

Correia e Silva, António. (2001). «Nascimento do Leviatã Crioulo: Esboços de uma Sociologia Política». *Cadernos de Estudos Africanos*. 1: 55-68.

Costa, Daniel (2009). «O Papel do Chefe de Estado no Semipresidencialismo Cabo-verdiano». In Marina C. Lobo (coord), *O Semipresidencialismo nos países de Língua Oficial Portuguesa*. Lisboa: ICS, 253-297

Costa, Suzano (2013). «Sociedade Civil, Estado e Qualidade da Democracia em Cabo Verde: Entre a letargia Cívica e a Omnipresença do Leviathã». In Cristina M. Sarmento e Suzano Costa (orgs), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 273-329.

Coutinho, Ângela (2015). «O Processo de Descolonização de Cabo Verde». In Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Oliveira (orgs), *O Adeus ao Imperio: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Veja, 125-140.

Barros, Crisanto (2013). «Notas sobre o Recrutamento da Elite Político-Administrativa Cabo-verdiana Pós-Independência». In Cristina Montalvão Sarmento e Suzano Costa (coords.). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 389-411.

Diamond, Larry e Morlino, Leonardo (2005). *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Elgie, Robert (2011a). *Semi-Presidentialism Outside Europe: A Comparative Study*. London: Routledge.

Évora, Roselma (2004). *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Praia: Spleen Edições.

Évora, Roselma (2013a). *Sistema de Governo e Democracia em Cabo Verde*. Torino: L'Harmattan.

Évora, Roselma (2013b). «Cabo Verde: Democracia e Sistema de Governo». In Cristina M. Sarmento e Suzano Costa (orgs), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 233-248.

Faustino, Manuel (1990). *Jorge Querido: Subsídios sob suspeita*. Mindelo: Ilhéu Editora.

Fernandes, António (2010). *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas*. Porto: Porto Editora.

Fernandes, Gabriel (2006). *Em Busca da Nação: Notas para uma Interpretação do Cabo Verde Crioulo*. Praia/Florianópolis: IBNL/UFSC.

Fonseca, Jorge Carlos (2012). «Erigir o Futuro do País». *Nós Genti*, 4: 44-59.

Furtado, Cláudio Alves (2016). «Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente». *Estudos Ibero-Americanos*. 42, 3: 855-887.

Goetz, Anne e Sacchet, Teresa. (2008). «Political Parties and Gender in Latin America: An Overview of Conditions and Responsiveness». In Anne M. Goetz (ed.), *Governing*



Women: Women's Political Effectiveness in Contexts of Democracy and Governance Reform. New York: Routledge, 148-172.

Góis, Pedro (2006). *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.

Graça, José (2004). *Golpe de Estado em Portugal: Traída a Descolonização de Cabo Verde*. Praia: Edição de autor.

Graça, Pedro Borges (2008). «A Transparência e a Responsabilização de Pessoas e Instituições em África». *Estratégia*, Vol. XVII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica: 411-421.

Henriques, Isabel (2004). *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-África (Séculos XV-XX)*. Lisboa: Caleidoscópio.

Hofbauer, Andreas (2011). «Crioulidade versus Africanidade: Percepções da Diferença e Desigualdade». *Afro-Ásia*. 43: 91-127.

Huntington, Samuel (2012). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

Koudawo, Fafali (2001). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária a Democracia Liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Lei nº 7/74, de 27 de julho - Direito das Colónias à Independência, Diário do Governo nº 174/1974, 1º Suplemento, Série I.

Lijphart, Arend (1999). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. New Haven: Yale University Press.

Lima, Aristides (2004). *Estatuto jurídico-constitucional do Chefe de Estado: Um estudo de direito comparado*. Praia: Alfa-Comunicações.

Linz, Juan (1990a). «The Perils of Presidentialism». *Journal of Democracy*. 1: 51- 69.

Linz, Juan (1990b). «Transitions to Democracy». *The Washington Quarterly*. 3: 143-164.

Linz, Juan e Valenzuela, Arturo (1994). *Democracy: Presidential or Parliamentary, Does it Make a Difference?* Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Linz, Juan e Stepan, Alfred (1998). *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Lopes, José Vicente (2001). «As origens históricas da reivindicação da Independência». *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, 9-25.

Lopes, José Vicente (2002). *Cabo Verde: os bastidores da independência*. Praia: Spleen Edições.

Lopes, José Vicente (2003). *Cabo Verde. As causas da independência*. Praia: Spleen Edições.

Madeira, João (2014). «O Processo de Construção da Identidade e do Estado-Nação em Cabo Verde». *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*. 10: 01-12.



Madeira, João (2015a). *Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde*. Tese de doutoramento não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.

Madeira, João (2015b). «O Sistema Semi-Presidencialista Cabo-verdiano: A Relação entre os Poderes Executivo e Legislativo». *Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política (Revistas USP)*. 10: 22-40.

Madeira, João (2016a). «A construção do Estado-Nação em Cabo Verde». In Bruno Carriço Reis (coord.), *Radiografia Crioula. Um diagnóstico político e social de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa / Sílabas & Desafios, 49-82.

Madeira, João (2016b). «Cabo Verde: De um 'Estado Inviável' ao Pragmatismo na Política Externa». *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*. 1: 85-101.

Madeira, João (2016c). «A construção da Nação Cabo-verdiana: dimensões objetivas e subjetivas». In Maria de Fátima Fernandes e José Esteves Rei (orgs.), *Cabo-verdianidade(s)*. *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, 1, 51-58.

Madeira, João (2016d). «A morabeza cabo-verdiana: contributos para a sua análise». *Revista de Estudos Cabo-verdianos, Atas IV EIRI Maio, Número Especial*, 51-56.

Martins, Pedro (1995). *Testemunho de um combatente*. Praia/Mindelo: Instituto Camões/Centro Cultural Português.

Mainwaring, Scott e Share, Donald (1989). «A Transição pela Transacção: Democratização no Brasil e na Espanha». *Revista Dados*. 2: 207-239.

Marques, Fernando (1999). «Sete noites, sete Dias». In J. M. Brandão de Brito (dir), *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 61-100.

Martins, Eduardo (2010). «Do Estado Colonial ao Estado Pós-colonial». *JANUS* 1: 118-119.

Mateus, Dalila (1999). *A Luta Pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito.

Medeiros, Tomás (2012). *A Verdadeira Morte de Amílcar Cabral*. Lisboa: Althum.com.

Monclaire, Stéphane (2001). «Democracia, Transição e Consolidação: Precisão sobre Conceitos Bestializados». *Revista de Sociologia e Política*. 17: 61-74.

Monteiro, Eurídice (2008). «Mulheres, democracia e Representação Política». In Teresa Cunha e Celina Santos (orgs), *Das Raízes da Participação*. Granja do Ulmeiro: AJP, 115-127.

Monteiro, Eurídice (2013). «Quem Governa? Ausência e Emergência de Mulheres no Campo Político em Cabo Verde». In Cristina Sarmento e Suzano Costa (orgs), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 413-445.

Monteiro, Eurídice (2015). *Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: Identidade, Classe e Género na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde*. Praia: Edições Uni-CV.

MpD (1993). *Moção de Estratégia e Estatutos do MpD*. Praia: MpD.



- Nóbrega, Álvaro (2003). *A Luta Pelo Poder na Guiné Bissau*. Lisboa: ISCSP.
- Nóbrega, Álvaro (2010). «A Democracia em África». *JANUS*. Meio século de independências africanas: 130-131.
- O'Donnell, Guillermo; Cullel, Jorge e Iazzetta, Osvaldo (2004). *The Quality of Democracy: Theory and Applications*. Indiana: University of Notre Dame Press.
- PAIGC (1974). *Sobre a Situação em Cabo Verde*. Lisboa: Sá da Costa.
- Pereira, Aristides (2003). *O meu Testemunho: Uma Luta, um Partido, dois Países*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Pereira, Daniel A. (2011). *Das Relações Históricas Cabo Verde-Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Przeworski, Adam; Alvarez, José e Limongi, Fernando (1996). «What Makes Democracy Endure? ». *Journal of Democracy*. 1: 39-55.
- Querido, Jorge (1989). *Cabo Verde. Subsídios para a História da Nossa Luta de Libertação*. Lisboa: Veja.
- Querido, Jorge (2011). *Um demorado olhar sobre Cabo Verde. O país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidades*. Lisboa: Chiado Editora.
- Querido, Jorge (2015). *Tempos de um Tempo que passou*. Praia. Acácia Editora.
- Rustow, Dankwart (1970). «Transitions to Democracy: Towards a Dynamic Model». *Comparative Politics*. 3: 337-364.
- Sanches, Edalina (2011). «Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona: o caso cabo-verdiano». *Cadernos de Estudos Africanos*. 20: 111-138.
- Sanches, Edalina (2013). «Institucionalização do Sistema Partidário e Democratização em Cabo Verde (1991-2011)». In Cristina Sarmiento e Suzano Costa (orgs), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 249-270.
- Schmitter, Philippe (1995). «The Consolidation of Political Democracies». In Geoffrey Pridham (ed), *Transitions to Democracy: Comparative Perspectives from Southern Europe, Latin America and Eastern Europe*. Aldershot: Dartmouth, 535-569.
- Silva, Mário (2015). *Contributo para a História Político-Constitucional de Cabo Verde – 1974-1992*. Coimbra: Almedina.
- Silveira, Onésimo (1998). «Cabo Verde: do Partido-Estado ao Partido do Estado». *Direito e Cidadania*. 3: 151-159.
- Silveira, Onésimo (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Colibri.
- Valles, Edgar (1974). *África: Colonialismo e Socialismo*. Lisboa: Seara Nova.

Como citar esta Nota

Madeira, João Paulo; Reis, Bruno Carriço (2018). "A construção da democracia em Cabo Verde: do condicionalismo colonial português ao reconhecimento internacional". Notas, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 9, N.º 1, Maio-Outubro 2018. Consultado [online] data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.02>